



**NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE A EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL**

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS – SC
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

EXERCÍCIO DE 2022



SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO	3
2.	CONTEXTO ORGANIZACIONAL.....	4
3.	APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	5
4.	PRÁTICAS E CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS	5
5.	DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	6
5.1.	DOS RESTOS A PAGAR	8
6.	BALANÇO FINANCEIRO	8
7.	BALANÇO PATRIMONIAL	10
7.1.	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	10
7.2.	CRÉDITOS A CURTO PRAZO E LONGO PRAZO	11
7.2.1.	<i>Redução ao valor recuperável da dívida ativa.....</i>	12
7.3.	ESTOQUE – ALMOXARIFADO.....	13
7.4.	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	14
7.5.	IMOBILIZADO	14
7.6.	FORNECEDORES	15
7.7.	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A CURTO E A LONGO PRAZO.....	15
7.8.	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO E A LONGO PRAZO.....	16
7.9.	PRECATÓRIOS	16
8.	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	17
9.	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)	17
10.	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO (DMPL) .	18
11.	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA.....	18
12.	CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS.....	19
12.1.	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	19
12.2.	AÇOES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	20
12.3.	DESPESAS COM PESSOAL	20
13.	DAS METAS FISCAIS.....	21
13.1.	RESULTADO NOMINAL	21
13.2.	RESULTADO PRIMÁRIO.....	22
13.3.	METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO	22
14.	DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS	23
15.	LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 – LEI DA TRANSPARÊNCIA	23
16.	DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.....	24



1. APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO

O Município de Tunápolis conta atualmente com uma população estimada pelo IBGE em 4.507 habitantes (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/tunapolis/panorama>), e possui uma extensão territorial total de 133,2 km². Situada no Extremo Oeste de Santa Catarina, numa distância de aproximadamente 683 quilômetros da capital do Estado. O relevo é constituído de um planalto de superfícies planas, onduladas e montanhosas.

A economia do município tem sua base na agricultura e pecuária, representando aproximadamente 87% da geração do movimento econômico. Possui em torno de 650 propriedades rurais que se utilizam de mão de obra predominantemente familiar. Na produção agropecuária destacam-se a produção de milho, fumo, feijão, soja e outras. No setor produtivo animal destaca-se a bovinocultura de leite, a criação de frangos e de suínos, acompanhada da bovinocultura de corte.

A Administração municipal tem sua sede principal localizada à Rua João Castilho nº 111 – centro, porém possui estrutura física e de pessoal nos mais variados locais e segmentos de sua atuação.

1.1 Município de Tunápolis – Prefeitura – CNPJ: 78.486.198/0001-52

1.1.1 Fundo Municipal de Assistência Social – CNPJ: 01.470.721/0001-28

1.1.2 Fundo Municipal da Criança e Adolescente – CNPJ: 18.105.659/0001-78

1.1.3 Fundo Municipal de Enfrentamento a Desastres – CNPJ: 15.383.183/0001-49

1.1.4 Secretaria Municipal de Educação – CNPJ: 78.486.198/0002-33

1.2 Fundo Municipal de Saúde – CNPJ: 12.273.240/0001-49

1.3 Câmara Municipal de Vereadores – CNPJ: 03.063.493/0001-05

O município é integrante das seguintes organizações:

- a) AMEOSC – Associação de Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina;
- b) FECAM – Federação Catarinense de Municípios; e,
- c) CNM – Confederação Nacional de Municípios.

Não há dados sobre o capital dessas organizações.



2. CONTEXTO ORGANIZACIONAL

Essas demonstrações versam sobre o exercício financeiro de 2022, e a execução orçamentária regida pela Lei Municipal nº 1.491 de 26 de novembro de 2021 que “estima a receita e fixa a despesa do Município de Tunápolis – SC no valor de R\$ 26.330.715,00 (Vinte e seis milhões, trezentos e trinta mil, setecentos e quinze reais)”.

Os Balanços são consolidados e, portanto, refere-se a toda a Administração municipal, abrangendo os órgãos/entidades (UG's) Prefeitura Municipal de Tunápolis, Fundo Municipal de Saúde de Tunápolis; e, Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis.

A contabilização de suas receitas, despesas e demais variações patrimoniais é escriturada e consolidada junto à sede da Administração municipal.

Em todos os órgãos do município os registros contábeis do exercício foram executados através de tecnologias informatizadas fornecidas pela empresa BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67, contratada através de certame licitatório nº 55/2021, homologado em 03 de março de 2021, conforme contrato administrativo nº 66/2021 com respectivos termos aditivos.

Em atendimento ao que estabelece o Decreto nº 10.540/2020, que dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC, bem como, visando melhorar a qualidade, produtividade e agilidade dos serviços realizados, foram concluídas as migrações dos sistemas estruturantes utilizados pela municipalidade, sendo redirecionados todos os dados existentes em formato *desktop* para sistema *cloud* (computação em nuvem).

Ressalta-se que essas adequações, tiveram por finalidade assegurar maior efetividade no controle e envio de informações, além de estabelecer melhores níveis transparência e segurança nos dados gerados.



3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis são elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, aos princípios contábeis, às disposições da Lei Federal nº 4.320/64, da Lei Complementar Federal nº 101/00, da Lei Orçamentária e da Lei de Diretrizes Orçamentárias e as disposições do Manual de Demonstrativos Fiscais. Buscando-se compatibilizar e evidenciar, de maneira harmônica, as alterações patrimoniais e as alterações orçamentárias ocorridas na entidade.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, serão transcritas no “Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC” disponível em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/>.

A documentação é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”.

4. PRÁTICAS E CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir da escrituração contábil diária realizada por meio de sistemas informatizados integrados que contemplam os sistemas orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação, em conformidade com a Lei 4.320 de 17 de março de 1964 e de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP.

O formato e descrição de cada linha e coluna dos anexos contábeis são os descritos no MCASP – 9ª Edição, PARTE V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2021/26>.



A contabilidade registra as receitas orçamentárias pelo valor bruto das arrecadações, lançando as deduções em contas específicas. No entanto, alguns demonstrativos apresentam os valores líquidos de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

5. DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O balanço orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação.

Não são estimadas na Lei Orçamentária Anual valores de convênios ou operações de crédito que não estejam devidamente ajustados (termos assinados e/ou empenhados), e quando estes ocorrem, ocorre a abertura via decreto de excesso de arrecadação.

As arrecadações são registradas pelo seu valor bruto, lançando em conta específica as respectivas deduções da receita orçamentária, entretanto alguns demonstrativos apresentam os valores líquidos de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP.

Na realização dessa escrituração, são utilizadas codificações próprias de fonte de recursos, respeitando a codificação da especificação das destinações de recursos emitida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC para cada exercício.

Não há operações intra-orçamentárias no Município.

O balanço orçamentário também demonstra as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.



No primeiro bimestre do exercício acontece o registro de diversos empenhos por estimativa e globais que compreendem ao exercício todo, a fim de garantir sua reserva orçamentária e possibilitar um melhor controle orçamentário e financeiro, sendo as despesas liquidadas e pagas somente quando efetivamente se concretizarem.

Devido ao porte do município, algumas despesas de menor valor e utilização são agregadas em subfunções mais representativas, sendo obedecidas as funções de governo típicas e aplicadas ao setor público, definidas pela Portaria MOG nº 42/1999 e atualizações posteriores.

No exercício em comento, a entidade apresentou um resultado orçamentário deficitário de **R\$ 2.191.924,54** pois as despesas empenhadas superaram as receitas arrecadadas, sendo suportadas pelo superávit financeiro do exercício anterior.

Para possibilitar a execução orçamentária, foram necessários criação de créditos adicionais, suplementares e especiais, de acordo com as demandas apresentadas, que passaram pela aprovação de Leis específicas e geraram decretos individualizados, em obediência aos ditames do artigo 167º da Constituição Federal de 1988 e da lei de meios, conforme segue no quadro que se apresenta abaixo:

Órgão/Unidade	Anulação	Operação Crédito	Superávit Financeiro	Excesso Arrecadação	Convênios	Total
Prefeitura Municipal	1.662.884,15	0,00	4.661.544,71	7.168.780,25	9.988.856,00	23.482.065,11
Fundo Municipal Saúde	160.644,59	0,00	433.895,74	3.090.273,78	150.000,00	3.834.814,11
Câmara de Vereadores	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Total	1.883.528,74	0,00	5.095.440,45	10.259.054,03	10.138.856,00	27.376.879,22

Não foram reabertos créditos adicionais do exercício anterior.

Destaque-se que a Despesa Orçamentária é aquela realizada pelo ente público para a manutenção e o funcionamento das atividades. No exercício em exame, as despesas empenhadas atingiram o montante de R\$ 45.297.944,10, equivalendo a 87,15% das despesas autorizadas para o exercício.



Despesas	Empenhada (R\$)	Liquidada (R\$)	Paga (R\$)
Correntes	30.844.088,51	30.624.162,23	30.334.530,65
Pessoal e Encargos Sociais	14.654.600,92	14.654.600,92	14.452.397,35
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	16.189.487,59	15.969.561,31	15.882.133,30
Capital	14.453.855,59	7.865.456,97	7.864.556,97
Investimentos	14.453.855,59	7.865.456,97	7.864.556,97
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00
Total das Despesas	45.297.944,10	38.489.619,20	38.199.087,62

Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. Já no encerramento do exercício, as despesas não liquidadas são inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas como executadas.

5.1. DOS RESTOS A PAGAR

A composição dos restos a pagar processados e não processados contempla despesas empenhadas no exercício corrente, e estão distribuídos da seguinte forma:

Restos a Pagar	PMT (R\$)	FMS (R\$)	Valor (R\$)	%
Não processados	6.741.975,39	66.349,51	6.808.324,90	95,91
Processados	211.345,97	79.185,61	290.531,58	4,09
Saldo de Restos a Pagar	6.953.321,36	145.535,12	7.098.856,48	100,00

A entidade Câmara Municipal de Vereadores não deixou despesas a pagar.

6. BALANÇO FINANCEIRO

Conforme as regras do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, o balanço financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.



É composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público. Nele, as receitas orçamentárias serão apresentadas líquidas de deduções.

No exercício, foram registradas receitas orçamentárias no valor total de R\$ 43.106.019,56 de despesas orçamentárias totais de R\$ 45.297.944,10, gerando o déficit no valor de R\$ 2.191.924,54.

Sabe-se que a verificação da evolução do patrimônio financeiro tem por objetivo principal apurar possíveis situações em que os passivos financeiros sejam superiores aos ativos financeiros, o que revelaria restrições na capacidade de pagamento frente às obrigações financeiras de curto prazo, não sendo, porém, o caso do município ora em análise, conforme fluxo financeiro apresentado em seguida:

Fluxo Financeiro	Valor (R\$)
a) SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	8.323.431,98
b) (+) ENTRADAS	59.312.490,15
<i>Receita Orçamentária</i>	<i>43.106.019,56</i>
<i>Transferências Financeiras Recebidas (Orçamentárias)</i>	<i>6.726.830,08</i>
<i>Extra-Orçamentárias</i>	<i>9.479.640,51</i>
Restos a Pagar não Processados	6.808.324,90
Restos a Pagar Processados	290.531,58
Demais Obrigações a Curto Prazo	2.380.784,03
TOTAL – ENTRADAS	67.635.922,13
c) (-) SAÍDAS	57.183.231,79
<i>Despesa Orçamentária</i>	<i>45.297.944,10</i>
<i>Transferências Financeiras Concedidas – Saídas</i>	<i>6.726.830,08</i>
<i>Pagamentos Extra-Orçamentários</i>	<i>5.158.457,61</i>
Demais Obrigações a Curto Prazo	2.291.313,70
Restos a Pagar não Processados Pagos	2.585.406,38
Restos a Pagar Processados Pagos	281.737,53
= SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (a + b – c)	10.452.690,34
Recursos Ordinários	4.530.729,43
Recursos Vinculados	5.921.960,91
TOTAL – SAÍDAS	67.635.922,13

Fonte: Anexo 13 – Balanço Financeiro



O demonstrativo acima apresenta o total das disponibilidades financeiras existentes no encerramento do exercício, sendo considerados os recursos à disposição das Unidades Gestoras.

Sob a ótica da gestão financeira, percebe-se que as disponibilidades financeiras são totalmente suficientes para fazer frente às obrigações assumidas pelas unidades da Administração pública municipal.

7. BALANÇO PATRIMONIAL

O balanço patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

A seguir, evidenciaremos as principais políticas contábeis que tenham reflexos no patrimônio da entidade.

7.1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A entidade não trabalha com valores em espécie, sendo sua movimentação operada exclusivamente via contas bancárias em instituições oficiais, quais são, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Sicoob – Creditapiranga.

As contas bancárias possuem atributos de fonte de recursos, e desta forma, uma conta bancária pode possuir em seus saldos diversas fontes de recursos. Os saldos consolidados em contas bancárias, apresentam-se da seguinte forma:

Ativo Financeiro	Saldo Anterior (R\$)	Saldo Atual (R\$)
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.323.431,98	10.452.690,34
Recursos Ordinários	5.734.640,29	4.530.729,43
Recursos Vinculados	2.588.791,69	5.921.960,91

Os valores constantes em caixa e equivalentes estão assim subdivididos nas entidades:



Caixa e Equivalentes de Caixa	PMT (R\$)	FMS (R\$)	Total (R\$)	%
Recursos Ordinários	4.308.339,27	222.390,16	4.530.729,43	43,35
Recursos Vinculados	5.135.219,25	786.741,66	5.921.960,91	56,65
Saldo Total	9.443.558,52	1.009.131,82	10.452.690,34	100,00

Essas disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data da emissão do balanço patrimonial. As atualizações apuradas em cada uma delas são contabilizadas em contas de resultado.

O disponível contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentado em moeda nacional.

7.2. CRÉDITOS A CURTO PRAZO E LONGO PRAZO

Nas contas de créditos a receber, destacam-se os valores registrados em Créditos de Transferências a Receber da União, através da conta com máscara 1.1.2.3.3 no valor de **R\$ 238.856,00** referente ao Contrato de Repasse sob nº 911320/2021/MDR/CAIXA, que tem por objeto execução pavimentação asfáltica em ruas da sede do município. Ressalta-se que o município recebeu a autorização para realizar o processo licitatório da obra, com consequente homologação e autorização para execução da mesma, no entanto, até o encerramento do exercício não haviam sido liberados os recursos conveniados.

Para tanto, os recursos foram registrados no ativo para suprir o déficit financeiro apontado na especificação 0.1.34.1125 vinculada a Transferências de Convênios – União/Outros, ocasionados devido a geração do Empenho sob nº 2.460 datado de 21 de junho de 2022, oriundo da homologação do processo licitatório nº 111/2022 e contrato administrativo nº 93/2022.

Apesar dessa fonte de recursos (especificação 34) apresentar déficit financeiro, observa-se claramente através do balanço patrimonial (Anexo 14) que a municipalidade dispõe de recursos livres suficientes para suprir integralmente o valor da obra, em caso de não recebimento dos valores conveniados com a União.



Em relação aos créditos de curto prazo, apresenta-se o grupo de contas com máscara 1.1.2.1, em que são lançados os valores de créditos tributários a receber e que não estejam vencidos no ato de encerramento anual, os quais não foram inscritos em dívida ativa, totalizando R\$ 765.228,47.

Dando continuidade, apresenta-se as contas dos grupos 1.1.2.5 e 1.1.2.6 que tratam da dívida ativa de curto prazo, que se origina dos créditos da fazenda pública lançada e não arrecadados até a data de seus vencimentos, totalizando naquela data base o valor de R\$ 183.000,00.

Os demais créditos e valores a curto prazo compreendem os adiantamentos concedidos à servidores e adiantamento de férias contemplados pelas contas do grupo 1.1.3; e, aos valores de créditos por danos gerados ao patrimônio por ex-gestores municipais, representando o total de R\$ 33.482,47 e que estão em processo de cobrança administrativo e/ou judicial.

Para os créditos a longo prazo, contemplados nas contas do Ativo Não Circulante, apresentam-se todos os valores com perspectiva de recebimento superior a dozes meses.

Nelas encontram-se registrados créditos da dívida ativa tributária e não tributária totalizando o valor líquido de R\$ 426.145,10; e, aos valores de créditos por danos gerados ao patrimônio por ex-gestores municipais no valor de R\$ 238.308,79 e que estão em processo de cobrança administrativo e/ou judicial; e, a créditos por danos gerados ao patrimônio, no valor de R\$ 1.760,00 que demandam de apuração visando passíveis de ressarcimentos.

7.2.1. Redução ao valor recuperável da dívida ativa.

Durante o exercício em análise, iniciou-se o processo de evidenciação da redução ao valor recuperável da dívida ativa, considerando a elevação anual dos saldos apresentados nas contas de dívida ativa. Diante da impossibilidade na obtenção desses valores junto ao setor de tributos, optou-se por realizar um cálculo, de forma conservadora, com base no histórico dos saldos contábeis e arrecadações dos últimos 5 exercícios financeiros (2017 a 2021).



Na tabela a seguir demonstra-se de forma sintetizado os valores registrados em forma de ajustes para perdas nas contas do grupo de créditos tributários e não tributário a receber a longo prazo:

Dívida Ativa a Longo Prazo	
Dívida Ativa Tributária	182.042,78
(-) Ajuste de Perdas Dívida Ativa Tributária	(79.788,84)
Dívida Ativa Não Tributária	399.263,27
(-) Ajuste de Perdas Dívida Ativa Não Tributária	(75.372,11)
= Saldo Ajustado Dívida Ativa a Longo Prazo	426.145,10

Fonte: Balancete de Verificação

7.3. ESTOQUE – ALMOXARIFADO

Em atendimento ao que rege a Portaria STN nº 548 de 24 de setembro de 2015, que estabelece a necessidade da criação de cronograma de ações para implementação do plano de implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais - PIPCP, instituídos através do Decreto nº 1.812 de 24 de agosto de 2016, mantiveram-se de forma bem tímida os processos para levantamento, controle e contabilização dos estoques, ficando os saldos de encerramento do exercício assim compostos:

Descrição	Saldo Anterior (R\$)	Saldo Atual (R\$)
Material de Escritório	23.757,29	45.622,87
Material Didático	0,00	17.451,27
Material de Higiene e Limpeza	28.201,68	71.565,39
Materiais Gráficos	8.027,67	10.522,01
Medicamentos	665.475,21	261.935,29
Materiais Ambulatoriais	0,00	148.954,21
Fraldas e Absorventes Geriátricos	0,00	8.727,56
Total em Estoque	725.461,85	564.778,60

No decorrer do exercício de 2023, será implantado pela Administração municipal um almoxarifado central para viabilizar a adoção e aperfeiçoamento desses



processos de controle, visando atender integralmente ao reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques, conforme previsto no item 17 do cronograma municipal.

7.4. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Os valores das contas com máscara 1.1.9. representam as despesas pagas antecipadamente. No exercício em análise, referem-se exclusivamente aos prêmios de seguros dos veículos que estão por vencer, representando um direito a ser executado por período de doze meses (fevereiro de 2022 a janeiro de 2023).

7.5. IMOBILIZADO

Um dos objetivos das Normas Brasileiras de Contabilidade é estabelecer o tratamento contábil para ativos imobilizados, de forma que os usuários das demonstrações contábeis possam discernir a informação sobre o investimento da entidade em seus ativos imobilizados, bem como suas mutações.

Os principais pontos a serem considerados na contabilização do ativo imobilizado são o reconhecimento dos ativos, a mensuração dos seus valores contábeis e os valores de depreciação e perdas por desvalorização a serem reconhecidas em relação aos mesmos.

Diante disso, o ente manteve a política contábil implantada em exercícios anteriores sobre os procedimentos contábeis específicos para registros do seu patrimônio imobilizado, mantendo os registros patrimoniais em absoluta conformidade entre os sistemas informatizados de Contabilidade e de Patrimônio.

O ativo imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. Quando os elementos do ativo imobilizado tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão sistemática durante esse período, sem prejuízo das exceções expressamente consignadas.

Durante o exercício de 2022 foram mantidos os procedimentos de depreciação mensal visando preservar o valor original adequado dos ativos, fazendo com que



estes permanecessem com valores históricos. Para tal, foi aplicado o método de depreciação linear, de acordo com cada classe. Seguem os saldos patrimoniais:

DESCRIÇÃO	SALDO (R\$)
BENS MÓVEIS	16.109.322,12
(-) Depreciação acumulada s/bens móveis	(5.841.322,00)
BENS IMÓVEIS	35.822.082,13
(-) Depreciação acumulada s/bens imóveis	(3.263.627,18)
TOTAL IMOBILIZADO (R\$)	42.826.455,07

7.6. FORNECEDORES

Representa os valores dos restos a pagar gerados no exercício, conforme consta no item 5.1 destas Notas Explicativas.

7.7. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A CURTO E A LONGO PRAZO

O critério utilizado para a provisão foi o reconhecimento por competência destes passivos, com a contabilização mensal proporcional ao direito adquirido destes benefícios. O reconhecimento desses passivos foi estimado tendo por base no banco de dados do departamento de recursos humanos.

Obrigações	Saldo Anterior (R\$)	Saldo Atual (R\$)
13º Salário	0,00	0,00
Férias	901.613,44	188.439,73
Total das Obrigações	901.613,44	188.439,73

Os saldos atualizados das férias não refletem a realidade, estando abaixo dos valores reais, em virtude da migração de software (*desktop* para *cloud*) não terem sido realizados os procedimentos de geração das provisões mensais no sistema informatizado de recursos humanos, impossibilitando desta forma a correta contabilização das referidas apropriações em cada competência, devendo serem atualizados os saldos ao longo do exercício de 2023.



O ente NÃO possui registros contábeis sobre o instituto da “licença-prêmio” prevista na legislação municipal conforme artigo 73 da Lei Complementar nº 13 de 17 de maio de 2006.

7.8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO E A LONGO PRAZO

Contempla os valores e saldos do Contrato firmado com o Sicoob/Creditapiranga – CNPJ nº 78.483.310/0001-00 referente ao pagamento de juros remuneratórios de financiamentos do Pró-Saneamento, conforme Lei Municipal nº 1.389 de 24 de abril de 2019, que institui o Pagamento de Juros Remuneratórios de Financiamentos, com saldo atualizado de **R\$ 1.623,43**.

Apresenta ainda, os saldos inerentes ao Contrato firmado com o Sicoob/Creditapiranga – CNPJ nº 78.483.310/0001-00 referente ao pagamento de juros remuneratórios de financiamentos do Pró-Empresa Emergencial, criado para auxiliar as empresas devido aos reflexos negativos sofridos em virtude da pandemia do COVID-19, conforme Lei Municipal nº 1.429 de 07 de abril de 2020, que institui o Pagamento de Juros Remuneratórios de Financiamentos, com saldo atualizado de **R\$ 2.446,13**.

7.9. PRECATÓRIOS

Os valores de precatórios registrados nos sistemas contábeis são aqueles encontrados no sítio oficial do Tribunal de Justiça de Santa Catarina – TJ/SC, e vincendos durante os exercícios de 2023 e 2024, conforme lista que segue:

Número Precatório	Número Processo	Ano	Atualizado (R\$)
5004907-21.2022.8.24.0000	5001183-38.2021.8.24.0034	2023	50.794,17
5004908-06.2022.8.24.0000	5001183-38.2021.8.24.0034	2023	50.794,18
5004909-88.2022.8.24.0000	5001183-38.2021.8.24.0034	2023	50.794,18
5004910-73.2022.8.24.0000	5001183-38.2021.8.24.0034	2023	50.794,18
5058033-83.2022.8.24.0000	5001470-64.2022.8.24.0034	2024	45.166,10
Total (R\$)			248.342,81

Fonte: Anexo 16 – Demonstração da Dívida Fundada Interna / Externa



influenciam diretamente a disponibilidade de caixa. Nesse contexto, verificou-se um fluxo de caixa superavitário de R\$ 6.034.363,36 conforme segue:

Fluxo de Caixa	Valor (R\$)
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais	12.634.486,81
Fluxo de Caixa Líquido de Investimentos	(10.505.228,45)
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	0,00
Apuração do Fluxo de Caixa do Período	2.109.258,36

10. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)

A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido demonstrará a evolução do patrimônio líquido da entidade. Compreende ao valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Patrimônio Líquido	Saldo Anterior (R\$)	Saldo Atual (R\$)
Patrimônio Social e Capital Social	29.744.850,38	29.744.850,38
Resultados Acumulados	13.924.714,98	25.161.634,01
Resultado do Exercício	5.386.568,06	11.236.919,03
Resultado de Exercícios Anteriores	8.538.146,92	13.924.714,98
Saldo do Patrimônio Líquido	43.669.565,36	54.906.484,39

O resultado do exercício corresponde a R\$ 11.236.919,03, aumentando o patrimônio líquido da entidade.

11. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

A contabilidade registra as arrecadações pelo seu valor bruto, lançando em conta específica as respectivas deduções da receita orçamentária, entretanto este demonstrativo apresenta os valores líquidos, com exceção da dedução para a formação do FUNDEB de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.



O total da Receita Corrente Líquida (RCL) demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Receita Corrente Líquida do Município	Valor (R\$)
Receita Corrente Arrecada	41.701.792,14
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	(5.445.772,58)
(-) Emendas Parlamentares Impositivas – Individuais + Bancada	(1.346.576,25)
Total da Receita Corrente Líquida Ajustada¹	34.909.443,31

12. CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

A Legislação estabelece limites mínimos para a aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Artigo 212 da CF) e com Ações e Serviços Públicos de Saúde (Artigo 198 da CF C/C Artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), bem como limite máximo para despesas com Pessoal do Poder Executivo e do Poder Legislativo (Artigo 169 da CF C/C Artigo 20, III, Letras 'a' e 'b' da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000). A seguir, apresenta-se quadros que demonstram o cumprimento destes limites pelo Município.

12.1. MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Conforme preceitua o artigo 212 da Constituição Federal, no mínimo de 25% das receitas de impostos e de transferências deverão ser aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Componentes	Valor (R\$)	%
Total das Despesas para Efeito de Cálculo	9.083.739,26	29,95%
Valor Mínimo de 25% das Receitas com Impostos	7.582.160,96	25,00%
Valor acima do limite mínimo (25%)	1.501.578,30	4,95%

¹ Para fins da despesa de pessoal, foram excluídas as transferências recebidas de emendas parlamentares impositivas, conforme prevê a constituição federal.



O demonstrativo acima evidencia que o município de Tunápolis aplicou o montante de R\$ 9.083.739,26 em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, correspondendo a 29,95% da receita proveniente de impostos, **CUMPRINDO** o exposto no artigo 212 da Constituição Federal.

No que se refere ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, o Município aplicou 91,69% na remuneração dos profissionais do magistério; aplicou 6,90% em outras despesas para manutenção e desenvolvimento do ensino; e, R\$ 41.190,98 que representa 1,41% correspondente ao saldo não aplicado, sendo remanejados para aplicação no início do exercício de 2023.

12.2. AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

O percentual mínimo de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde é de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências; estabelecido no § 1º do artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.

Componente	Valor (R\$)	%
Total de Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	8.802.593,13	
(-) Total de Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.189.748,89	
Total das Despesas para Efeito do Cálculo	5.612.844,24	19,14%

Pelo demonstrativo, constata-se que o montante aplicado foi na ordem de R\$ 5.612.844,24, correspondendo a um percentual de 19,14% da receita com impostos, inclusive transferências de impostos, evidenciando que o Município CUMPRIU o referido dispositivo constitucional.

12.3. DESPESAS COM PESSOAL

Conforme artigo 169 da Constituição Federal c/c com o artigo 19, III da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Município poderá efetuar gastos com pessoal limitado a 60% da Receita Corrente Líquida. Na sequência, apresentam-se os valores gastos.



Componente	Valor (R\$)	%
Receita Corrente Líquida Ajustada	34.909.443,31	100,00
Limite de 60% da Receita Corrente Líquida	20.945.665,99	60,00%
Total das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	14.386.000,43	41,21
Total das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	513.956,48	1,47
Despesa para Efeitos de Cálculo de Pessoal	14.899.956,91	42,68%

O demonstrativo anterior comprova que, no exercício em exame, o Município aplicou 41,65% do total da Receita Corrente Líquida Ajustada em despesas com pessoal, CUMPRINDO com o artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

13. DAS METAS FISCAIS

A seguir, far-se-á a análise das metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício de 2022, com as efetivamente alcançadas no decorrer da execução.

13.1. RESULTADO NOMINAL

EXERCÍCIO DE 2022	PREVISTA NA LDO R\$	REALIZADA R\$
	43.000,00	2.203.030,07

A meta fiscal de resultado nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, integrante da LDO para o exercício de 2022 foi efetivamente alcançada, atendendo o que preceitua o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Ressaltamos que o resultado nominal alcançado no exercício representa o quanto à dívida do município diminuiu no período, levando em consideração o ativo disponível na data base 31/12/2022.



13.2. RESULTADO PRIMÁRIO

EXERCÍCIO DE 2021	PREVISTA NA LDO R\$	REALIZADA R\$
	-44.200,00	880.275,92

A meta fiscal de resultado primário estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, integrante da LDO para o exercício de 2022 foi alcançada, atendendo ao que dispõe o artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Ressalta-se que o resultado primário é apurado através da diferença entre receitas e despesas, delas excluídas tudo que se refira a juros e a principal da dívida, tanto pagos quanto recebidos.

13.3. METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO

Na sequência, demonstramos os valores das metas bimestrais de arrecadação das receitas do município de Tunápolis, comparando-os com os valores efetivamente arrecadados durante o exercício.

Período	Previsão (R\$)	Realizada (R\$)	Diferença (R\$)	Acumulado (R\$)
1º Bim	4.343.172,80	6.715.937,02	2.372.764,22	2.372.764,22
2º Bim	4.754.083,84	9.503.569,41	4.749.485,57	7.122.249,79
3º Bim	4.116.686,34	8.585.339,75	4.468.653,41	11.590.903,20
4º Bim	4.503.536,34	6.658.789,92	2.155.253,58	13.746.156,78
5º Bim	4.115.686,34	5.093.557,27	977.870,93	14.724.027,71
6º Bim	4.497.549,34	6.548.826,19	2.051.276,85	16.775.304,56
TOTAL	26.330.715,00	43.106.019,56		16.775.304,56

Houve excesso de arrecadação de R\$ 16.775.304,56 sendo que grande parte utilizado para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.



Em todos os bimestres do exercício em análise, a arrecadação superou a previsão, não sendo necessário fazer limitações de empenhos e de movimentação financeira.

14. DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS

O Município se manteve consorciado aos seguintes consórcios públicos:

- a) Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA;
- b) Consórcio Intermunicipal de Saúde do Extremo Oeste de Santa Catarina – CIS-AMEOSC;
- c) Consórcio Intermunicipal de Segurança Alimentar, Atenção a Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local – CONSAD;
- d) Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER; e,
- e) Consórcio Intermunicipal Velho Coronel – CVC.

15. LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 – LEI DA TRANSPARÊNCIA

A transparência da gestão fiscal, entendida como a produção e divulgação sistemática de informações, é um dos pilares em que se assenta a Lei de Responsabilidade Fiscal. Para assegurar essa transparência, foi criada a Lei Complementar nº 131/2009 que acrescentou dispositivos à fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como definiu prazos para a implantação.

Neste diapasão, a Administração municipal tem procurado atender todos os ditames do arcabouço jurídico pátrio, tendo implantado e atendido tempestivamente os requisitos constantes na Lei da Transparência. No que tange à divulgação das informações concernentes aos planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias, execução orçamentária e financeira utiliza-se do sítio oficial do município, cujo endereço é que segue: www.tunapolis.sc.gov.br, divulgando e publicando todos os atos praticados pelas Unidades Gestoras do Município.



No tocante à execução orçamentária e financeira temos a informar que todos os esforços estão direcionados para que todas as receitas e despesas sejam lançadas em tempo real. Contudo, um pequeno *delay* será sempre inevitável, pelo menos de momento, pois os sistemas informatizados utilizados pelos diferentes setores da Administração Municipal processam as informações à zero hora do dia subsequente ao lançamento, disponibilizando-as automaticamente no link da transparência constante na página eletrônica do município.

Por outro lado, destaca-se que os desenvolvedores do sistema, utilizado pela grande maioria dos municípios de Santa Catarina, não criaram, ainda, método que permita, em tempo real, a disponibilização de uma informação que acaba de ser cadastrada, sendo por diversas vezes solicitado à gerenciadora do sistema a implantação de rotinas que possibilitem essa exportação imediata das informações.

16. DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Todos os valores monetários constantes nas demonstrações contábeis estão expressos em reais (R\$), moeda oficial do país. Importa informar que o Município não possui empresas.

Em seu período de existência, o município não firmou Parcerias Público Privada – PPP. Além disso, atualmente não possui Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, sendo as contribuições efetuadas junto ao Regime Geral da Previdência Social – RGPS.

Durante o exercício em comento, a municipalidade não recebeu ou concedeu garantias.

Em relação aos demonstrativos publicados na página oficial do Município; no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC; no SICONFI (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro); no SIOPE (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação); no SIOPS (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde); e, *e-Sfinge* (Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão), há pequenas divergências quanto a sua forma de apresentação e/ou apuração, devido ao desencontro entre o método adotado no Município na elaboração



e o método adotado pelos diferentes sistemas, contudo estes demonstram em seus valores totais e/ou finais a real posição patrimonial e orçamentária da Entidade.

Essas foram às principais considerações a serem feitas sobre o Balanço da Execução Orçamentária e Financeira do exercício financeiro de 2022, do município de Tunápolis, consolidando o Poder Executivo e Legislativo.

Tunápolis – SC, 14 de fevereiro de 2023.

Janete Rempel Bieger
Contadora CRC/SC 027.120/O-5

Atesto para todos os fins, que tomei conhecimento das análises e considerações efetuadas nas Notas Explicativas emitidas pela Contadoria Geral do Município sobre as contas anuais relativas ao exercício de 2022.

Tunápolis – SC, 14 de fevereiro de 2023.

Marino José Frey
Prefeito Municipal